

1. Introdução;
2. Apresentação;
3. O futuro do capitalismo americano.

Eduardo Matarazzo Suplicy*

OS NOVOS ECONOMISTAS RADICAIS NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

1. Introdução

Os que forem estudar economia, hoje, nas principais universidades americanas vão deparar-se com um fato relativamente novo: diversos professores e um número crescente de estudantes pós-graduados não aceitam mais a análise econômica convencional, neoclássica, sem fazer radicais transformações. Estão à procura de um novo paradigma que explique melhor os fenômenos econômicos, políticos e sociais do mundo contemporâneo. A palavra paradigma denota o conjunto de teorias, valores, etc. no qual se baseia o trabalho de uma comunidade científica específica, no caso, os economistas.

A origem desse movimento pode ser ilustrada pelo testemunho de três professores da Harvard University, os quais expressam, no prefácio do livro *The capitalist system, a radical analysis of American society*, a forma pela qual suas vidas foram afetadas pela participação em movimentos políticos:

"No início e no meio da década de 60, nós éramos estudantes universitários preocupados com a necessidade de reformas sociais. Naquela época, culpávamos os resultados das eleições, a incompetência ou a estupidez burocrática como responsáveis pelos males sociais. Na segunda metade da década de 60, estávamos estudando economia ortodoxa (Weisskopf no MIT, Edwards and Reich na Harvard), e, ao mesmo tempo, participávamos nas lutas da época contra o racismo, a pobreza e a guerra do Vietnã. Este talvez tenha sido o período mais fragmentado de nossas vidas: estávamos estudando uma disciplina bem estabelecida e sofisticada, mas ficávamos cada vez mais conscientes de quão inadequada ela era. Não somente negava ou ignorava a maior parte de nossas preocupações políticas, mas, pior ainda; constituía um sistema de crenças que justificava o *status quo* ao defender o sistema capitalista."¹

Os novos economistas radicais estão publicando inúmeros livros e artigos. Suas principais contribuições saem regularmente na *Review of Radical Political Economics*, publicada pela Union of Radical Political Economics. Essa organização, fundada há quatro anos, possui hoje 1.600 membros entre professores e estudantes, os quais vêm organizando diversos seminários e simpósios nas universidades, onde procuram alertar a consciência dos estudantes para os pontos de vista que acham importantes. Os economistas radicais acreditam que o paradigma ortodoxo não é apropriado para tratar de questões de distribuição de renda, pobreza, racismo, "sexismo", imperialismo, desenvolvimento econômico e social no terceiro mundo, alienação dos trabalhadores, etc. Criticam o paradigma neoclássico por assumir como constante aquilo que está mudando

* Professor do departamento de Economia da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas.

e por tomar como dado justamente o que deve ser discutido e avaliado. Acham que o paradigma ortodoxo não descreve corretamente muitos aspectos da sociedade e que nada ou pouco nos diz a respeito de como construir uma sociedade melhor. Eles sugerem que outras categorias — tais como o bem-estar material, a equidade na distribuição de recursos, as respostas das instituições às necessidades humanas, as características históricas da sociedade, o desenvolvimento humano, o desenvolvimento comunitário e a harmonia do homem com seu meio — formam uma estrutura dentro da qual é possível conduzir-se uma análise das questões sociais que são obscurecidas pela economia ortodoxa. Eles dão grande importância ao estudo de uma economia política que não esteja preocupada em conservar a ordem existente. Acham que o cientista social deve considerar imutável um número mínimo de instituições sociais e de características humanas.²

Além disso, os economistas radicais acreditam que precisam viver de acordo com os valores humanistas que estão por trás dessa visão da economia política. Na qualidade de professores, procuram eliminar o autoritarismo, praticando ideais democráticos. Procuram eliminar o que chamam de elitismo em suas pesquisas, ao tentar desmistificar a análise econômica. Procuram envolver-se na luta política, em busca de mudança social. Preferem ter um estilo de vida menos individualista, mais comunitário, o que consideram mais natural.

Um recente artigo de primeira página no *Wall Street Journal*, principal publicação dos meios financeiros nos EUA traz o título "As Idéias Não Ortodoxas dos Economistas Radicais Ganham Maior Audiência — Críticos do Capitalismo Ensinam e Conferenciam com seus Colegas a Respeito dos Males da Sociedade Americana".³ O artigo relata como o movimento espalhou-se pelas universidades. Hoje, a Harvard University tem cinco professores de economia radicais, a Columbia University tem sete, a Michigan State University tem quatro, a American University tem oito num departamento de 16 professores, e assim por diante. Em universidades onde há poucos professores radicais — como em Stanford, onde há apenas dois — muitas vezes há um grande grupo de estudantes pós-graduados que se consideram não convencionais ou radicais. Na Stanford University, uns 20 alunos pós-graduados participam semanalmente de um seminário em economia política. Em fevereiro de 1972 organizaram um simpósio sobre a natureza internacional do capitalismo e seus efeitos, o qual durou quatro dias e foi assistido por aproximadamente mil universitários e professores. Também fora das universidades os novos economistas estão sendo ouvidos.

Pela primeira vez, em 29 de fevereiro de 1972, o Comitê Econômico do Congresso dos EUA convocou três representantes desse movimento, Douglas F. Dowd, da Cornell University e do San José State College na Califórnia, B. Bluestone, do Boston College e H. Sherman, da University of California, Riverside. Foram convidados a exporem seus pontos de vista durante a preparação da discussão do relatório anual do Presidente Nixon.⁴

Depois de menosprezar os radicais por algumas décadas, os economistas tradicionalmente conservadores estão passando a escutá-los com maior respeito. Oito membros da Union for Radical Political Economics foram convidados a apresentar trabalhos na última convenção da American Economic Association. A Prof.^a Joan Robinson, considerada como a mais destacada economista não convencional da Inglaterra, foi convidada especial do atual presidente da American Economic Association, John K. Galbraith, para proferir a conferência de honra da convenção. Joan Robinson falou da segunda crise da teoria econômica e referiu-se ao estado da economia americana no início dos anos 70.

Mesmo os economistas convencionais das mais variadas faixas acham que os novos economistas estão contribuindo de forma importante para um melhor entendimento da sociedade americana. Segundo o economista conservador Milton Friedman, da Universidade de Chicago, "os radicais estão realizando a função importante de acabar com o mito de que a solução para todos os problemas está em se aumentar os gastos governamentais".⁵ O economista liberal, Prêmio Nobel, Paul A. Samuelson, do Massachusetts Institute of Technology, diz que "os economistas radicais constituem hoje uma importante tendência dentro da universidade americana", "um movimento sério de pesquisa do qual muito se ouvirá falar no futuro". Samuelson ainda afirma o seguinte:

"Para minha tese, não é necessário que mais do que 10 ou 20% da população estudantil passem por uma mudança em suas consciências. A maior parte do mundo nunca muda, mas continua nos caminhos traçados por seus pais. Assim o foi através do período em que o Japão se abriu para o mundo exterior. Assim o foi na Rússia czarista, através da revolução de 1905 e até a transformação de 1917: lendo as novelas sobre a vida russa e as cartas dos asilados políticos tem-se uma visão distorcida do que a grande parte da população está pensando e fazendo; mas se consegue obter um quadro útil daquilo que os que traçam os caminhos das ideologias e opiniões estão pensando sobre o futuro."⁶

Os novos economistas radicais americanos são extremamente críticos da URSS e da Europa Orien-

tal — onde há um sistema de socialismo de Estado em que as burocracias operam indústrias estatais de forma centralizada. Aham que o socialismo de Estado não serve para promover os valores de cooperação igualitária, participação no controle e a liberdade individual que consideram como parte importante de seus ideais. Acreditam que a tendência à hierarquia e à centralização reduz a base tanto para a liberdade como para a prática e a ética da cooperação voluntária. Alguns economistas pensam na construção de uma "comunidade pluralista" como base para uma alternativa socialista nos EUA.⁷ Outros são entusiastas do sistema iugoslavo,⁸ mas muitos acham que os problemas que ocorrem no sistema de propriedade privada começaram a desenvolver-se também na Iugoslávia. Ainda outros economistas radicais americanos acreditam que a China está no caminho mais correto de desenvolvimento.

As inúmeras e recentes reportagens sobre a China nos jornais e na televisão americana aumentaram o ânimo dos jovens radicais, apesar de conscientes dos trágicos acontecimentos que acompanharam os anos de contínua revolução. Essas reportagens têm mostrado a virtual eliminação da miséria e fome de todos os chineses, quase 800 milhões, em contraste com filmes dos anos 40, quando o povo chinês era um dos mais subnutridos e miseráveis do mundo. Têm mostrado que, embora ainda vivendo em simplicidade, os chineses têm obtido substanciais aumentos nos padrões de consumo, educação, saúde, serviços sociais e segurança econômica, e, ao mesmo tempo, distribuído tais benefícios por toda a população. Importante para os novos economistas é que a China demonstrou que a prosperidade nacional não precisa ser fundamentada na maximização do interesse individual, como propunha a doutrina convencional que vem seguindo Adam Smith há dois séculos.⁹ Esses novos economistas também não admitem que nos EUA, com uma renda *per capita* aproximadamente 50 vezes maior do que a da China, ainda possa haver cerca de 5% dos 210 milhões de americanos em estado de subnutrição e fome.¹⁰ A grande limitação, porém, do sistema chinês está no regime político ditatorial, o que o torna inaceitável para os americanos, que valorizam sobremaneira todos os elementos da democracia.

Não há dúvida de que o Brasil vem surpreendendo tanto os meios financeiros como os meios acadêmicos, inclusive os economistas radicais, com as taxas extraordinárias de crescimento obtidas nos últimos cinco anos. O Brasil tem sido mesmo assunto intensamente debatido nos seminários de economia, convencional ou não. Alguns acadêmicos acham que o milagre econômico brasileiro começa a rivalizar-se com o precedente alemão, ou com o

japonês. Como no caso alemão, alguns professores notam o maior papel dado às forças de mercado e a maior liberdade e apoio dado ao setor privado.

No entanto, a forma pela qual os benefícios do desenvolvimento brasileiro são distribuídos entre os que estão colaborando em tal esforço, vem sendo motivo de severas críticas por parte de muitos economistas, mesmo não radicais. O Prof. Albert Fishlow, da Universidade da Califórnia, Berkeley, o qual prestou assessoria ao Governo Brasileiro diversas vezes, apresentou um trabalho a respeito na última convenção da American Economic Association. Observa que os resultados preliminares do censo de 1970 mostram que, lamentavelmente, a desigualdade de renda no Brasil aumentou ao longo dos anos 1960-70. "O estrato superior de 3,2% da força de trabalho comandava 33,1% da renda em 1970, em comparação com aproximadamente 27% em 1960." Os dados também indicam que em 1960, os 76% mais pobres da população ativa no Brasil recebiam aproximadamente 34% da renda enquanto que, em 1970, os 76% mais pobres recebiam menos do que 29% da renda brasileira. Fishlow analisa os atuais instrumentos de política econômica utilizados pelo governo brasileiro, chegando à conclusão de que eles não irão favorecer maior equidade. Pelo contrário, segundo sua análise, tendem a resultar em concentração de rendas ainda maior.¹¹

Para que o modelo brasileiro de desenvolvimento se torne clara refutação ao desafio dos novos economistas radicais é necessário que essas tendências na distribuição dos benefícios do progresso sejam revertidas. Segundo os radicais, é possível que continue o dinamismo da economia brasileira por muito tempo. Devido às suas características, porém, será, preciso continuar o concomitante processo político fechado e não democrático.

Finalmente, o outro fato que impressiona o estudante brasileiro nos EUA é a incrível vitalidade da democracia americana. O debate das idéias é inteiramente aberto, em todos os canais de comunicação. No campo da economia, por exemplo, verifica-se o intenso debate entre as idéias das escolas representadas por Milton Friedman, defensor do *laissez-faire* e da menor intervenção estatal possível; por Paul A. Samuelson, que admite a intervenção estatal e defende um sistema capitalista misto; e por John K. Galbraith, que vê a necessidade de extensos controles sobre preços, salários, etc., como partes integrantes do "Novo Estado Industrial". Essas três escolas estão agora aceitando o debate com os novos economistas radicais, os quais analisam severa e abertamente os problemas da sociedade americana e propõem-se a construir um novo mundo.

2. Apresentação

O Prof. John G. Gurley, da Universidade de Stanford, na Califórnia, é hoje um dos mais destacados membros da Union for Radical Political Economics, nos EUA. Foi editor da *American Economic Review*, a mais importante revista americana de economia, de 1962 a 1968. Por muitos anos foi considerado um economista ortodoxo e de grande expressão, graças a uma obra que se tornou um marco pioneiro em teoria monetária: *Money in a theory of finance*,¹² em co-autoria com o Prof. Edward Shaw. Esse livro analisa o papel dos intermediários financeiros na economia de um país.

Nos últimos anos, o Prof. Gurley tornou-se um economista não convencional e deixou de lado as premissas ortodoxas. Desde o desenvolvimento da guerra do Vietnã, o Prof. Gurley começou a analisar os objetivos da política econômica do Governo Americano, não mais em termos simplesmente de se alcançar as metas de pleno emprego, crescimento econômico, estabilidade de preços e equilíbrio na balança de pagamentos. Achou que precisava inserir outros fenômenos na análise convencional, como, por exemplo, o desejo de maximizar a área do mundo aberta para o comércio e os investimentos internacionais. *O futuro do capitalismo americano* é uma análise das forças internas e internacionais que estão afetando os lucros das grandes empresas americanas e a forma pela qual a política do Governo Americano vem reagindo a essas forças.

Muitos poderão discordar das opiniões e previsões do Prof. Gurley, o qual lida com temas de grandes controvérsias. Certamente, porém, se sentirão estimulados a discutir suas idéias, assim como o fazem as centenas de alunos que assistem suas aulas. Os cursos Economia I e A tradição marxista e radical, lecionados pelo Prof. Gurley, estão entre os de maior número de matriculados na Universidade de Stanford.

Outros trabalhos publicados pelo Prof. Gurley incluem: *The new man in the new China*. *The Center Magazine*, v. 3, n. 3, May 1970; *Maoist economic development*. *Review of Radical Political Economics*, autumn 1970; *Hacia una teoría de las estructuras financieras y el desarrollo económico*. In. *Estructura financiera y desarrollo económico*, editada por D.S. Brothers et alii Buenos Aires, Instituto Torcuato Di Tella, 1968.

3. O futuro do capitalismo americano

John G. Gurley

As tendências e os acontecimentos econômicos dos últimos 25 anos e, especialmente, os dramáticos

eventos do ano que passou, deveriam dar-nos algumas indicações a respeito do que está acontecendo com o capitalismo americano e qual poderá ser seu futuro. Oferecerei, portanto, minha interpretação do que tem ocorrido no período de pós-guerra e daí tentarei fazer algumas predições.

O objetivo primordial de todos os governos capitalistas é a preservação e a fortificação do capitalismo — isto é, do sistema de empresa privada. Em nossa economia isso significa que as sucessivas administrações de pós-guerra, acima de tudo, têm-se preocupado com o bem-estar das empresas privadas e, principalmente, embora não exclusivamente, têm-se engajado na promoção do bem-estar de poucas centenas de gigantes industriais, comerciais e financeiros, que definem e formam a economia dos EUA. Como o melhor indicador do bem-estar dessas grandes corporações são seus lucros, uma preocupação básica dos governos americanos tem sido o estabelecimento do ambiente mais favorável possível para a realização desses lucros, tanto nos EUA quanto no exterior.

Na área doméstica, os governos de pós-guerra têm promovido o lucro das corporações por meio de políticas de crescimento e de pleno emprego. Essas têm consistido principalmente de políticas fiscais e monetárias, designadas a obter uma crescente procura agregada por bens e serviços, a qual, no entanto, tem sido mantida dentro de limites, de forma a não gerar demandas por salários "excessivos" ou "não razoáveis". Em média, essa política tem exigido uma taxa de desemprego ao redor de 5% — provavelmente 7 ou 8%, se se considerar como desempregados aqueles que já desistiram de fazer parte da força de trabalho. Assim, uma reserva considerável de desempregados tem sido deixada à margem durante grande parte do pós-guerra, de forma a moderar os pedidos de salários e a fortalecer a disciplina de trabalho.

Na frente internacional, o comércio e, principalmente, os investimentos americanos no exterior aumentaram enormemente no mundo capitalista durante o pós-guerra e tornaram-se cada vez mais importantes como uma fonte de lucros para as corporações americanas. Os sucessivos governos americanos protegeram e promoveram essas lucrativas atividades internacionais pela política geral de manter o máximo possível do mundo aberto para o comércio, o investimento e a aquisição de matérias-primas por parte das corporações gigantes.

Esse objetivo foi perseguido por meio da ajuda econômica a governos "amigos" (isto é, aqueles que são receptivos ao investimento e comércio ameri-

cano, ou aqueles que estão em posições estratégicas para atender os objetivos globais dos EUA), em parte para fortalecê-los economicamente, em parte para apoiar uma infra-estrutura para a empresa privada americana, e em parte para aumentar os mercados de exportações para corporações americanas. As administrações de pós-guerra também estenderam a ajuda militar aos governos "amigos", com o objetivo de estimular a produção de armas e de aviões das empresas americanas e de proteger esses governos clientes de uma oposição militante, por parte de alguns, em seus próprios países. Além disso, os EUA têm conduzido operações de contra-insurreição através do mundo capitalista subdesenvolvido, e, quando tudo o mais tem falhado, têm usado a força militar na persecução de seu objetivo básico — a maximização da área do mundo que deve ficar aberta para as atividades lucrativas das corporações.

O fato é que os lucros das corporações, durante o período de pós-guerra, têm sido crescentemente ameaçados por forças nacionais e internacionais e têm sofrido bastante nos últimos cinco anos (1967-1971), diminuindo em termos reais, uma vez descontados os impostos, de aproximadamente 25%. Esse é o fato crucial para a compreensão da necessidade premente das novas políticas econômicas.

A enorme superioridade do capitalismo americano no período que logo sucedeu à II Grande Guerra tem sofrido uma grande erosão nos últimos 20 anos, por parte de duas forças internacionais. A primeira é a expansão do mundo comunista e o fortalecimento de sua capacidade econômica e militar. Essa combinação tem reduzido a área de atividade capitalista lucrativa e, ao mesmo tempo, tem aumentado o custo para os EUA de evitar que grupos nacionalistas militantes e movimentos socialistas ganhem outras peças vitais do capitalismo global. A outra principal força contra os EUA tem sido o crescimento espetacular de seus principais competidores capitalistas — em particular o Japão, a Alemanha Ocidental e o Mercado Comum. Essas duas forças em conjunto têm tornado a realização de lucros internacionais por parte das empresas americanas cada vez mais cara, difícil e sujeita a riscos e elas têm enfraquecido a posição internacional dos EUA.

Na esfera doméstica, a principal ameaça contra os lucros das corporações americanas tem sido a crescente habilidade dos trabalhadores em obter aumentos de salários maiores do que os ganhos em produtividade. Esses aumentos de salários têm feito com que as corporações aumentem repetidamente os preços das mercadorias na tentativa de restaurar seus lucros. Isto tem-se tornado cada vez mais difícil, virtualmente impossível nos últimos

anos, em face da deterioração da situação internacional e de políticas domésticas deflacionárias, as quais têm tentado, mas não têm conseguido restringir o crescente poder dos trabalhadores.

O fato é que os grandes gastos da guerra do Vietnã pressionaram a economia a níveis de emprego que aumentaram muito o poder de barganha dos trabalhadores e criaram expectativas bastante fortes de uma inflação contínua no país. Quando Nixon tomou posse, primeiro tentou amainar essa tendência adversa por meio de políticas fiscais e monetárias deflacionárias, que, com o tempo, quase dobraram a taxa de desemprego. Essas políticas provaram ser um fracasso: elas falharam não somente em reduzir os pedidos de aumentos salariais, com também estiveram próximas de minar uma grande parte da estrutura financeira de Wall Street; os preços das ações caíram bruscamente por causa da habilidade decrescente das empresas em aumentar seus preços, à medida que diminuía a procura agregada, a fim de contrabalançar os grandes aumentos salariais.

Nixon foi então forçado a mudar para uma política fiscal e monetária moderadamente expansionista. Mas essa política, enquanto dava forças à estrutura financeira, reforçou o poder dos trabalhadores e as expectativas já fortemente arraigadas de inflação futura, o que ameaçou atingir severamente os lucros das corporações tanto do lado dos trabalhadores americanos, quanto do lado da concorrência capitalista estrangeira. Nixon, nesse ponto, estava em meio a duas políticas que não podiam dar certo e poucas eram suas alternativas.

Assim, essas tendências internas e internacionais contra o capitalismo americano compeliram a administração Nixon a novos movimentos diplomáticos e políticas econômicas. As novas ações são destinadas a transferir renda do trabalho para o capital nos EUA, e a transferir renda de capitalistas japoneses e alemães (e, sem dúvida, das classes trabalhadoras nesses países) para os capitalistas americanos. A primeira transferência de renda está sendo tentada por meio de controles de salários e preços nos EUA, os quais, segundo se espera, permitirão os aumentos dos lucros com o crescimento da economia, enquanto que aumentos "não razoáveis" de salários serão restritos e, também, por subsídios adicionais à classe capitalista. A segunda transferência está sendo implementada por uma nova política internacional, a qual é destinada a mudar os preços relativos, as barreiras ao comércio e ao investimento internacionais e o relativo encargo de defesa em favor da classe capitalista nos EUA, e pela abertura de novas portas diplomáticas na China, as quais significam o estabelecimento de uma área menos dispendiosa e mais lucrativa para

o comércio, para os investimentos e para a exploração de recursos naturais na Ásia por parte de corporações americanas.

Assim, a necessidade realmente premente de novos e drásticos programas internos por parte da administração Nixon mal pode ser apreciada se aquela necessidade for medida pelos hiatos entre a produção potencial e a efetiva, pelo excesso do nível real de inflação em relação ao aceitável, ou pelas quedas de crescimento real ou de níveis de emprego. Nenhuma dessas medidas assinala perigo agudo. Mas se se concentrar sobre o que os homens de negócio estão mais preocupados, os lucros das empresas, e considerando-se a ameaça crescente da demanda dos trabalhadores sobre esses lucros, tendo em vista uma deterioração da situação internacional, então a razão para se pressionar o botão de pânico pode ser melhor apreciada.

II

Será que as forças que atuam contra o capitalismo americano, conforme delineadas acima, continuarão a fazê-lo nos próximos 10 ou 20 anos? Se assim for, quais são as implicações disso para o futuro do capitalismo americano?

Considere-se, primeiro, a expansão do mundo comunista. No começo da I Grande Guerra não havia países comunistas; a maioria das áreas do mundo eram associadas, num grau ou noutro, ao sistema capitalista internacional. Agora, 60 anos depois, 35% da população mundial e grande parte da terra e dos recursos mundiais são comunistas. De maior importância para o futuro é que milhões entre os povos empobrecidos estão atualmente lutando para se libertarem de suas condições opressivas, muitos dos quais com a assistência de um ou mais países comunistas.

Em minha opinião, essa tendência provavelmente continuará e mesmo irá acelerar-se por duas razões. A primeira é que, enquanto uma grande parte do mundo empobrecido aspira obter mudanças dramáticas em seu padrão de vida, essas mudanças serão difíceis de ocorrer se os pobres permanecerem dentro do sistema capitalista internacional. Esse sistema, com suas estruturas hierárquicas, é composto de países favoráveis a empresas privadas. Os EUA, sentados no topo dessa estrutura, dominam a maioria dos países logo abaixo de si, o que inclui os países capitalistas avançados da Europa Ocidental, o Canadá, o Japão, a Austrália, a Nova Zelândia, Israel e a África do Sul. Os EUA e muitos desses países, por sua vez, controlam os destinos políticos e econômicos de diversos países de baixa renda *per capita* — na América Latina, na África e na Ásia — os quais são hospitaleiros à empresa

privada e especialmente ao investimento privado americano, e que estão na base da estrutura capitalista. Muitos desses países-satélites são governados pelos ricos e poderosos — por ditadores, sultões, monarcas, senhores de terras feudais, oligarquias de uma ou outra espécie. Esse sistema capitalista internacional é uma aliança entre as classes que governam os países subdesenvolvidos e as classes proprietárias de capital e dos que as apoiam nas nações industrializadas. Na maioria desses países subdesenvolvidos, o povo não é livre. É óbvio que o "mundo livre" não é receptivo à liberdade, mas é sempre hospitaleiro ao capitalismo.

A política das nações capitalistas líderes e, especialmente, a dos EUA, é a de promover relações capitalistas — ou ao menos não socialistas — através do "mundo livre" de forma a obter a maximização de lucros a longo prazo por meio do comércio e de investimentos nesse sistema internacional. Essa política freqüentemente demandou que não se acelerasse a industrialização dos países subdesenvolvidos de forma a manter-se a presente estrutura de classes, bem como a especialização internacional de trabalho — na qual, como certa vez disse Paul Baran, um lado especializa-se em inanição enquanto o outro assume o encargo de coletar os lucros. Desenvolvimento econômico bem sucedido requer muito mais do que as modestas políticas de crescimento que são permitidas nesses países e que são designadas a não afundar o barco. Como Heilbroner bem expressou: "Desenvolvimento econômico não é uma mera questão de táticas a serem decididas entre homens de boa vontade e então efetivadas da forma mais rápida possível. É, antes disso, uma disputa entre classes sociais. É um processo de morte e de nascimento institucional. É uma época na qual o poder se transfere freqüentemente de forma abrupta e violenta, uma época na qual regimes antigos são sobrepujados por novos regimes. E esses não são os únicos efeitos não agradáveis do desenvolvimento. Eles são parte e parcela do processo; a própria força que resulta em mudança."¹³ Como a missão de sucessivos governos dos EUA muitas vezes tem sido a de precisamente evitar tais mudanças fundamentais, os pobres em muitas áreas do mundo têm sido sacrificados em benefício dos interesses das classes que auferem lucros nos países mais ricos.

Em décadas recentes, a procura americana por lucros tem sido promovida de forma crescente por investimentos industriais nos países mais pobres, especialmente em países como o Brasil, a África do Sul e o Irã, os quais estão assumindo o papel de subimperialistas e servindo os interesses dos principais poderes imperialistas. Nesses e em alguns outros países-satélites, taxas muito altas de crescimen-

to do produto nacional bruto têm sido registradas recentemente. Mas em todos os casos, os ganhos do crescimento têm beneficiado principalmente a classe capitalista, deixando praticamente de lado a grande maioria da população. No Brasil, por exemplo, apesar de um crescimento anual de 5 a 6% durante os anos 60, e de 10% nos anos mais recentes, a participação na renda dos 40% mais pobres entre a população caiu de 11% em 1960 para 9% em 1970, enquanto que os 10% mais ricos tiveram sua participação aumentada de 39% para 48%.¹⁴

Na Coréia do Sul, a maior parte dos ganhos tem beneficiado a crescente classe capitalista, a qual tem sido fortemente subsidiada pelos governos dos EUA e da Coréia, enquanto que, ao lado da grande afluência mostrada por essa classe, há milhões de pessoas que permanecem na pobreza. Os pobres talvez tenham ganho um pouco, mas não muito do crescimento recorde conseguido pelo país. O que os pobres têm auferido mais é o conhecimento de que desenvolvimento capitalista através do mundo, sem exceção, é um processo (de *trickle down*) que, por gerações, deixa muitos estagnados e marginalizados na pobreza e na ignorância, enquanto enriquece alguns poucos favorecidos, quase além da imaginação.¹⁵

Assim, se os pobres quiserem ter um progresso substancial, provavelmente eles terão que se livrar dessa rede imperialista, e isso sem dúvida será feito por meios revolucionários que tomarão formas nacionalistas ou socialistas.

Dentro de um capitalismo global não apenas um desenvolvimento econômico em bases profundas é geralmente negado aos pobres, fazendo-se imperativo que eles encontrem uma saída fora do sistema, mas, além disso, através do mundo subdesenvolvido, existe uma força e um apelo contínuo dos ideais socialistas de planejamento, igualdade, cooperação e de liberação do homem. Os movimentos revolucionários, quase sem exceção, carregam a bandeira do socialismo. Virtualmente não existe entusiasmo por valores e processos capitalistas entre os pobres do mundo. De novo, citando Heilbroner: "Eu acho que é justo dizer-se que o capitalismo como uma idéia nunca gerou muito entusiasmo. O comportamento aquisitivo, no qual por força se baseia, sempre sofreu, através da história, de uma ambivalência moral na qual se tem sustentado; todos os esforços para se elevar o ganhar dinheiro (*money-making*) ao nível de uma virtude positiva têm falhado. Os interesses pessoais do açougueiro e do padeiro, e não a benevolência desses, aos quais Adam Smith apelou, podem servir como poderosas fontes de energia social, mas não como poderosas exaltações da imaginação social."¹⁶

R. H. Tawney expressou reservas semelhantes a respeito do apelo dos mores capitalistas: "Tão impiedosa é a tirania dos apetites econômicos, tão propenso ao engrandecimento pessoal é o império dos interesses econômicos, que uma doutrina que os confina à sua própria esfera, como o serviço e não como o mestre da civilização, pode razoavelmente ser encarada como entre os truísmos férteis que são um permanente elemento em qualquer filosofia sã."¹⁷

O presente apelo que o maoísmo exerce em boa parte ao mundo subdesenvolvido é baseado em tais pontos de vista. O maoísmo é defensor de um comportamento não egoísta e de um modo de vida que antes serve ao povo que ao indivíduo. Promove respostas aos incentivos coletivos e não aos individuais. Urge a ajuda aos pobres e aos que estão em desvantagem em vez de liquidá-los. Batalha contra a forte ênfase na atitude de querer-se ganhar dinheiro e contra o princípio de lucro como um guia para a distribuição de recursos. Advoga programas equalitários de muitos tipos e tem uma fé inquebrantável na possibilidade do homem aperfeiçoar-se. Em quase todos os casos, o maoísmo contém as virtudes exatamente opostas às do capitalismo, e não se nega que seu apelo está aumentando e se espalhando.

Em resumo, o socialismo não somente parece necessário como também exerce um apelo a muitos nos países pobres.

Não posso deixar esse tópico sem notar as formas pelas quais o capitalismo internacional pode ser fortalecido pelas tendências atuais dentro do mundo comunista. Primeiro, há indicações de que, com o tempo, partes do mundo comunista podem ser atraídas para dentro do mundo capitalista global, isto é, essas áreas podem ser penetradas de forma crescente por investimentos capitalistas e seus recursos podem tornar-se disponíveis para os países capitalistas. Segundo, a maior expansão do comunismo, ou sua ameaça, pode fortalecer o capitalismo ao reduzir os antagonismos entre as nações capitalistas líderes em face dessa ameaça. Finalmente a rivalidade crescente entre a URSS e a China pode enfraquecer os movimentos revolucionários através do mundo.

Mas mesmo considerando-se essas contratendências, pouco se duvida que este século continuará sendo o século das revoluções anticapitalistas através do mundo subdesenvolvido. Concordo com a apreciação de um autor que "pelo ano 2.000 e, possivelmente, bem mais cedo, nós encontraremos governos revolucionários instalados, ou exércitos revolucionários formidáveis lutando, em quase toda Ásia, ao menos em meia dúzia de países latino-americanos, e provavelmente num número razoável de países da África Central e Ocidental, e no Oriente Próximo".¹⁸

Podemos agora voltar nossa atenção para a segunda tendência adversa contra o capitalismo americano: o forte desafio dos seus principais competidores capitalistas. Esse desafio está fadado a aumentar, na medida em que o Mercado Comum continue desenvolvendo firmas "européias" rivais às grandes corporações dos EUA e que o Japão continue sua rápida expansão industrial e sua penetração nos mercados europeus e americanos. A posição relativa dos EUA, apesar do seu tremendo poder absoluto, quase que certamente declinará um pouco mais.

No entanto, ainda há fortes fatores contrabalanzando tal tendência. Primeiro, as recentes desvalorizações das taxas cambiais e outros ajustamentos beneficiaram os EUA e colocaram seus competidores em desvantagem em tal extensão que os EUA podem recuperar parte do terreno perdido. Segundo, é provável que o supercrescimento da Europa Ocidental tenha-se acabado, um supercrescimento que foi baseado em superofertas de mão-de-obra, as quais mantiveram os salários em níveis baixos, os lucros em níveis altos, e por isso muito estimularam os gastos de capital. Essas superofertas de mão-de-obra vieram de diversas fontes: de uma maior taxa de crescimento natural (Holanda), de transferências da agricultura para os serviços e a indústria (Alemanha, França, Itália), da imigração de refugiados (Alemanha), da imigração de trabalhadores e especialmente desempregados e subempregados dos países mediterrâneos (França, Alemanha, Suíça). Os países que não tiveram aumentos substanciais em suas ofertas de trabalho (Inglaterra, Bélgica, países escandinavos) cresceram como um todo de forma mais lenta. Como as superofertas de trabalho para a Europa Ocidental chegaram a um fim, há alguns anos atrás, assim também se acabaram as altas taxas de crescimento. Assim, o período de supercrescimento terminou, o que auxiliará a posição relativa da classe capitalista americana.¹⁹

O Japão provavelmente continuará a crescer de forma razoavelmente rápida, embora agora também esteja encontrando problemas de oferta de mão-de-obra. O fato-chave a respeito do Japão, no entanto, é que seu crescimento provavelmente será cada vez mais dirigido para fora. Os chineses, por exemplo, argumentam que a rápida industrialização do Japão requer uma oferta muito grande e sempre crescente de matérias-primas e minérios do resto da Ásia, especialmente do Sudeste da Ásia; que os salários relativamente baixos geram mercadorias não vendidas e enormes lucros que compelem os capitalistas japoneses a procurar mercados e possibilidades para investimentos lucrativos no estrangeiro. Assim, a própria natureza da economia japonesa a impulsiona para fora à procura de recursos naturais, mercados e oportunidades de

investimento. Os chineses temem que o Japão logo fique em vital dependência do Sudeste da Ásia e assim venha proteger seus interesses econômicos com poder militar e que, com o tempo, torne-se novamente numa séria ameaça para a China — e para os EUA.

Os principais países capitalistas estão agora melhor equipados economicamente do que há 20 anos atrás. Isso criará pressões, nas próximas décadas, para um maior equilíbrio militar entre eles. Essa maior igualdade de poder militar e econômico provavelmente intensificará a rivalidade entre os países capitalistas líderes, a qual será bem notada na corrida pelos minérios e matérias-primas do mundo, cujas demandas estão fadadas a aumentar substancialmente com a contínua industrialização do mundo. Os EUA estão tornando-se cada vez mais uma nação *have-not* com respeito a muitos desses recursos naturais, muitos dos quais são absolutamente essenciais (se os EUA forem manter suas vantagens industriais e tecnológicas sobre seus principais competidores). Por exemplo, os EUA são atualmente um importante importador de chumbo, zinco, bauxita, estanho, níquel, cobalto, colômbio, crômio, manganês, mica e muitos outros. Esses minerais são encontrados principalmente nos países subdesenvolvidos, os quais, por exemplo, produzem 95% do estanho concentrado, 94% do minério de cromo, 52% do petróleo cru, 44% do minério de cobre e assim por diante. Os países pobres são fabulosamente ricos nesses recursos, os quais poderão tornar-se cada vez mais escassos nas próximas décadas. Um resultado disso será uma intensa competição entre os poderes capitalistas, talvez levando a um conflito.

Enquanto que as rivalidades entre os capitalistas gigantes se intensificarão nos próximos anos, esses países atuarão mais ou menos em concerto, de forma a controlar a industrialização do "Terceiro Mundo". É razoavelmente claro que não há suficientes recursos naturais para suportar a industrialização contínua dos gigantes capitalistas, bem como os programas ambiciosos de industrialização dos países do Terceiro Mundo. A implicação é clara e dura: os pobres estão condenados à pobreza, a não ser que os ricos mudem seus caminhos. Como Heilbroner colocou recentemente: "... se nós tomarmos os recursos naturais daqueles passageiros que viajam no hemisfério norte da espaçonave como preço de uma passagem de primeira classe, nós teremos agora atingido um ponto em que os que viajam na classe inferior estão condenados a viver para sempre — ou ao menos dentro do horizonte da tecnologia presentemente visível — num nível de segunda classe; ou em que uma mudança considerável nos hábitos de vida precisa ser imposta

na primeira classe, se a nave jamais tiver que ser convertida a um cruzeiro de uma só classe."²⁰ Como, em minha opinião, há uma pequena chance das classes capitalistas das nações industriais diminuírem sua competição por oportunidades adicionais de investimento, comércio e aquisição de matérias-primas, quase certamente haverá uma crescente frustração entre os pobres do mundo, o que reforça minha conclusão prévia de que haverá uma aceleração dos movimentos revolucionários anticapitalistas através de boa parte do mundo.

Voltemos agora, brevemente, ao último fator inverso à classe capitalista americana: o crescente poder dos trabalhadores americanos. Nos últimos 50 anos, os trabalhadores conseguiram fazer notáveis progressos em organização, bem-estar e segurança, de forma que hoje a classe trabalhadora tem um montante substancial de poder em relação à classe capitalista. Esse ganho em poder relativo aparece em parte na crescente capacidade dos trabalhadores em obter aumentos de salários nominais maiores do que os ganhos em produtividade. Para contrabalançar tal fato, o capital, com a ajuda do Estado, tem aumentado os preços das mercadorias, a fim de recuperar os lucros. Essa situação tornou-se muito difícil para as empresas devido, em parte, à deterioração da posição internacional dos EUA.

Há algumas razões para se acreditar que essas pressões dos trabalhadores continuarão nas próximas décadas e que até poderão intensificar-se. Por um lado, depois das experiências dos anos 30, acredita-se generalizadamente que a saúde do capitalismo requer altas taxas de emprego e de crescimento. Essas políticas no entanto, trabalham em favor dos trabalhadores ao garantir trabalho para mais ou menos quase toda a força de trabalho, afastando dessa forma a ameaça de longo desemprego em massa. Isso faz com que os trabalhadores sintam que a atividade grevista e as duras negociações com os empregadores podem ser perseguidas dentro de um quadro de crescentes oportunidades de trabalho a longo prazo. Ao mesmo tempo, as políticas de pleno emprego e de alto crescimento encorajam os empregadores a cederem mais prontamente aos pedidos de aumentos salariais por que acreditam que tais aumentos podem ser cobertos por preços mais altos, que serão validados por políticas monetárias e fiscais. Segundo, a afluência crescente das classes trabalhadoras e de suas organizações sindicais, em adição aos programas de segurança social do governo, fortalecerão, com o tempo, a posição do trabalho em relação ao capital. Essa crescente afluência não somente possibilitará aos trabalhadores fazerem greves e negociar mais efetivamente contra os empregadores, mas também aumentará a vontade dos trabalhadores em

lutar por menos horas e melhores condições de trabalho.

Do outro lado do quadro, no entanto, está a crescente internacionalização do capital, a qual está colocando os trabalhadores, organizados no máximo apenas nacionalmente, numa posição desvantajosa. Ernest Mandel tem discutido isso em relação aos trabalhadores da Europa Ocidental: "Uma vez que a interpenetração do capital entre os seis membros leve à sua integração econômica efetiva, ou a uma Comunidade Européia com mais Estados-membros, uma vez que as instituições supranacionais envolvam uma adequada e poderosa forma de poder de Estado, então as chances do proletariado tomar o poder a um nível nacional serão provavelmente bloqueadas de forma insuportável. . . A integração européia tem sido marcada por uma decisiva transferência no balanço das forças, contra o assalariado e a favor do empregador." Mandel continua: "Certos setores do capital internacional são capazes de explorar os diferentes níveis de salários em diferentes países e de usá-los para manter os salários em geral em níveis baixos. . . não há nada que restrinja as corporações gigantes, com ramificações por toda parte, de transferir pedidos de um país para outro se lhes convier, fazendo chantagem com os sindicatos ou assalariados cujos salários forem muito "altos", ou mesmo fechando algumas empresas de forma a pressionar os salários para baixo e sistematicamente boicotar os países onde os salários forem muito altos."²¹ Da mesma forma, o capital nos EUA parece estar ganhando crescentes vantagens sobre os trabalhadores americanos.

Assim, parece que há importantes forças trabalhando em ambas as direções, um conjunto aumentando a vantagem do trabalho sobre o capital, o outro fazendo o reverso. Uma resposta apropriada do trabalho ao último conjunto de forças, nas próximas décadas, seria a de organizar-se de forma mais efetiva, numa base internacional, a fim de combater as crescentes vantagens do capital, à medida que esse se torna unificado internacionalmente.

III

Quais são as implicações dessas tendências para o capitalismo americano? Minha conclusão principal é a de que existem algumas forças poderosas operando contra ele, as quais criarão um ambiente crescentemente desfavorável para a aferição de lucros, tanto no país quanto no exterior, nas próximas décadas. Esse ambiente em deterioração resulta primordialmente da continuação dos movimentos revolucionários contra o capitalismo internacional,

da intensificação das rivalidades entre os Estados capitalistas líderes na luta por oportunidades de investimento, por vantagens no comércio internacional e pelo acesso às matérias-primas, e, da crescente habilidade dos trabalhadores em exercer pressão sobre a participação da renda do capital na renda nacional.

Entretanto, como fiz notar, essas forças adversas ao capitalismo estão longe de não sofrerem oposição. O capitalismo internacional, liderado pelos EUA, é uma força poderosa no mundo e ainda é capaz de muitas vitórias contra movimentos proletários mundiais. Ainda assim, meu julgamento é de que, pesando-se bem na balança, a maré, embora não forte, está caminhando contra o capitalismo se se tiver como base o mundo todo.

Se assim for, a resposta da classe capitalista provavelmente será chamada para que o Estado intervenha de forma crescente na vida econômica da nação. Maurice Dobb escreveu: "A intervenção do Estado tem normalmente ocorrido por duas razões: a) a sanção de um monopólio em favor de um grupo de capitalistas, ou b) o aperto dos laços na disciplina do trabalho. . . No passado, a intervenção do Estado tem sido tão mais intensa quanto mais escassa era a oferta de mão-de-obra e quanto mais os aumentos salariais estavam ameaçando os lucros."²² Se aplicarmos isso aos problemas aqui analisados, poderemos esperar uma intensificação da intervenção do Estado com a finalidade de apertar os laços da disciplina do trabalho nos EUA, de mobilizar os recursos nacionais contra a atividade revolucionária no exterior e de defender os interesses dos capitalistas americanos num ambiente cada vez mais competitivo e hostil ao capitalismo global.²³ As novas políticas econômicas de Nixon nada mais são do que respostas a essas ameaças.

Assim, o controle sobre o sistema econômico será ainda mais centralizado, os conflitos entre os diferentes ramos do capital serão bastante suprimidos no interesse do capital como um todo, os grandes riscos serão segurados em conjunto através da instrumentabilidade do Estado, as organizações dos trabalhadores serão severamente refreadas. Um Estado cada vez mais poderoso que elimine qualquer dissensão potencial, um Estado cada vez mais opressivo — esse é o preço a ser pago pelo capitalismo.

No entanto, apesar da intervenção do Estado em defesa do capitalismo, os lucros dessa classe provavelmente continuarão a sofrer grande pressão, a não ser que os trabalhadores americanos sejam forçados a arcar com parte das perdas resultantes da crescente competição dentro de um sistema capitalista internacional contraditório. Se os trabalhadores americanos tiverem que arcar com isso,

juntamente com a diminuição de seus direitos de barganha e de outras liberdades ganhas com muito esforço, há uma grande possibilidade de que um grande número entre eles torne-se cada vez mais insatisfeito com a situação e assim se juntem àquelas vítimas especiais do capitalismo — os pretos, os chicanos, os trabalhadores das fazendas, e outras minorias oprimidas — em uma revolta em grande escala contra o próprio sistema.

Embora essa seja uma possibilidade distinta, em minha opinião, ela está muito distante no futuro. No meio tempo, o sistema sobreviverá como um capitalismo monopolista cada vez mais dirigido pelo Estado. Mas muitos elementos da democracia não sobreviverão.

¹ Edwards, R. C., Reich, M. & Weisskopf, T. E. ed *The capitalist system, a radical analysis of American society*. New Jersey, Prentice-Hall, Inc., 1972. p. IX.

² On radical paradigms in economics. *The Review of Radical Political Economics*. URPE, The University of Michigan, Ann Arbor, Michigan, v. 3, n. 2, July 1971, especialmente a introdução por G. E. Peabody, p. 1-16.

³ *Wall Street Journal*, Feb., 11, 1972.

⁴ Three radical economists give views to Congress. *New York Times*, p. 51, Feb., 29, 1972. Howard Sherman, de Riverside University of California, acabou de publicar o livro-texto, *Radical political economy*. Basic Books, 1972.

⁵ *Wall Street Journal*, op. cit.

⁶ Essa passagem está na introdução do interessante livro do economista sueco Lindbeck, Assar. *The political economy of the new left, an outsider's view*. New York, Harper and Row, p. XX.

⁷ Alperovitz, Gar. Socialism as a pluralist commonwealth, in *A long revolution*, a ser reproduzido em *The capitalist system*, de Edwards e outros, obra citada na nota 1 (p. 524-39). Alperovitz é um dos fundadores do Instituto Cambridge, um grupo que explora os prospectos de um socialismo descentralizador.

⁸ Ver, por exemplo, Vanek, Jaroslav. *The participatory economy*. Cornell University Press, 1971. — *The general theory of labor-managed economics*. Cornell University Press, 1970. Dahl, Robert A. *After the revolution?* New Haven & London, Yale University Press, 1970.

⁹ Ver o trabalho de dois economistas australianos, Wheelwright, E. L. & McFarlane, Bruce. *The chinese road to socialism, economics of the cultural revolution*. *Monthly Review Press*, 1970. With a Foreword by Joan Robinson. E também Gurley, John G. *The new man in new China*. *The Center Magazine*, v. 3, n. 3, May 1970.

¹⁰ Poucos americanos tinham consciência desse fato até que nos anos 60 foram feitas diversas reportagens sobre aquilo que não é muito visível nos EUA. "Hunger in America", produzido há quatro anos pela cadeia de televisão CBS, foi a mais famosa dessas reportagens.

¹¹ Fishlow, Albert. Brazilian size distribution of income. *American Economic Review*, May 1972.

¹² Gurley, John G. & Shaw, Edward. *Money in a theory of finance*. Brookings Institutions, 1960.

¹³ Heilbroner, Robert. *Between capitalism and socialism*. Vintage Books, 1970. p. 53-4.

¹⁴ Simonsen, Mario Henrique. Desenvolvimento e distribuição da renda no Brasil. *O Globo*, Rio de Janeiro, mar. 1972. Ver também Fishlow, Albert. *Brazilian size distribution of income*. May 1972. AEA Papers and Proceedings.

¹⁵ Gurley, John. *South Korea financial and industrial development*. 1972. mimeogr.

¹⁶ Heilbroner, Robert. *The limits of capitalism*. Harper and Row, 1966.

¹⁷ Tawney, R. H. *Religion and the rise of capitalism*. Menton Books, 1953. p. 59.

¹⁸ Heilbroner, Robert. *Between capitalism and socialism*. cit.

¹⁹ Kindleberger, Charles. *Europe's postwar growth; the role of labor supply*, Harvard University Press, 1967.

²⁰ Heilbroner, Robert. *Between capitalism and socialism*. cit. p. 271.

²¹ Mandel, Ernest. *Europe versus America*. London, N. B., 1970. p. 111-2, 114.

²² Dobb, Maurice. *Studies in the development of capitalism*. International Publishers, 1947. p. 23-4.

²³ Essa conclusão é reforçada por outras considerações. Uma das tendências mais notáveis do capitalismo nos EUA é o crescimento fenomenal da atividade econômica do Estado. Nós já notamos diversas razões para isso: o crescimento do comunismo mundial, o qual fez com que os Estados capitalistas se envolvessem cada vez mais na defesa do "Mundo Livre"; o crescente aumento a longo prazo no poder dos trabalhadores; a dependência crescente das nações capitalistas em fontes de matérias-primas e de recursos naturais no exterior; e os desastres da Grande Depressão, os quais convenceram a classe capitalista de que a expansão do poder do Estado era necessária para se prevenir uma catástrofe final.

Além disso, Heilbroner tem argumentado que o crescimento dos poderes e controles do Estado advêm da acelerada revolução na ciência e na tecnologia. Essa revolução criou o crescimento das grandes unidades industriais (e, assim, financeiras), o que requer "meios públicos de assegurar-se contra o dano econômico que poderia resultar se um número substancial dessas unidades fosse operar de forma maléfica". O crescimento do Estado também é necessário "à medida que as próprias unidades governamentais se utilizem de novas técnicas: e à medida que a emergência de poderosas organizações privadas crie a necessidade de uma força para contrabalançar, ou um órgão público regulador". Além do mais, a revolução científica e cultural resultou em problemas sociais, como a urbanização, que requerem soluções fora do sistema de mercado. Também criou produtos ou processos socialmente perigosos que requerem ação social — por exemplo, as armas militares. Eliminou empregos na agricultura e na indústria, e até mesmo nos serviços, transferindo o emprego para áreas que requerem a ação pública ou fundos públicos, por exemplo, educação, saúde, segurança pública, serviços governamentais. Finalmente, criou a afluência material em grande extensão, a qual aumentou a demanda por bens públicos como educação, proteção do ambiente e assim por diante (ver Heilbroner, Robert. *Between capitalism and socialism*. cit. p. 23-6).

série administração na pequena empresa brasileira

ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO, de Machline, Sá Motta e Weil, abre a Coleção Pequena Empresa Brasileira tratando de problemas gerais da empresa e específicos da produção, administração da fábrica, métodos de trabalho mais produtivos, planejamento e controle da produção.

ADMINISTRAÇÃO DE VENDAS, de Richers, Figueiredo e Lerner Hamburger, apresenta análise qualitativa e quantitativa do mercado, avaliação das vias de distribuição, da organização e do corpo de vendas, determinação de preços e do esforço promocional.

ASPECTOS LEGAIS E ECONÔMICOS, de Bouzan, Souza Prado e Angarita Silva, estuda problemas de direito do trabalho, direito comercial e tributário, bem como a utilização de índices estatísticos, variações sazonais, assistência técnica, planos governamentais e inflação.

ADMINISTRAÇÃO GERAL E RELAÇÕES INDUSTRIAIS, de Leite Cordeiro, Ribeiro de Carvalho e Bresser Pereira, fornece um panorama administrativo geral da pequena empresa brasileira e seus problemas de produção, vendas, distribuição, compras, contabilidade e organização.

ADMINISTRAÇÃO CONTÁBIL E FINANCEIRA, de Monte Carmello e Schoeps, aborda sistemas de escrituração, de controle interno e análise financeira, crédito, cobrança e crediário, financiamento a curto, médio e longo prazo e contabilidade de custos.

Pedidos
Fundação Getulio Vargas
Serviço de publicações
Praia de Botafogo, 188
C.P. 21-120 - ZC-05

COMO SÃO GRANDES OS PROBLEMAS DA PEQUENA EMPRESA